

BOLETIM Tesouro Orçamento

Aquisições de imunobiológicos, insumos e medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/AIDS, IST e Hepatites Virais

Número 27 / Novembro, 2022

Este boletim é uma síntese da avaliação realizada no âmbito do Comitê de Monitoramento e Avaliação de Gastos Diretos - CMAG do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Pública - CMAP.



Esta avaliação teve como objetivo analisar os processos de aquisições de imunobiológicos, insumos e medicamentos para tratamento dos portadores de HIV/AIDS, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e Hepatites Virais.

Atualmente o Programa Nacional de Imunização oferta mais de 45 diferentes imunobiológicos para toda a população, dentre eles 19 vacinas contra 20 tipos de doenças, destinadas a todas as faixas-etárias. Os gastos realizados com a aquisição e distribuição de imunobiológicos e insumos para prevenção e controle de doenças nos últimos 4 anos foram de R\$ 4,34 bilhões em 2018, R\$ 4,40 bilhões em 2019, R\$ 4,80 bilhões em 2020 e R\$ 11,09 bilhões em 2021.

Por sua vez, a assistência farmacêutica aos portadores de HIV/AIDS, das hepatites virais e das ISTs tem por finalidade prover a demanda por fármacos e medicamentos, com aquisição centralizada no Ministério da Saúde (MS) de 34 medicamentos para HIV, 6 para hepatite B e 5 para hepatite C. As despesas executadas nos últimos 4 exercícios com a aquisição desses medicamentos foram aproximadamente R\$ 1,94 bilhões em 2018, R\$ 1,82 bilhões em 2019, R\$ 2,15 bilhões em 2020 e R\$ 2,0 bilhões em 2021.

O Ministério da Saúde utiliza-se das seguintes estratégias de aquisição de imunobiológicos, insumos e medicamentos antirretrovirais: (i) Inexigibilidade, (ii) Pregão Eletrônico, (iii) Dispensa, (iv) Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP), (v) Acordo de Cooperação Técnica com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), e (vi) Termos de Cooperação com a Organização Pan-Americana das Américas (OPAS).

Atores da Avaliação

Coordenação: CGU

Execução: CGU e SOF

Gestor da Política: SVS/MS

Supervisão: DEAP/SETO/ME

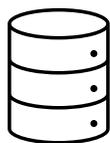
Aspectos Avaliados



Avaliação de Implementação: De que forma as estratégias de compras contribuem para que o MS alcance o objetivo de garantir o abastecimento dos insumos, imunobiológicos e medicamentos das ações orçamentárias 20YE e 4370?

Análise Financeira Orçamentária: Como tem ocorrido a execução orçamentária-financeira das ações 20YE e 4370?

Sistema e Bases de Dados



- Dados da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do Ministério da Saúde (MS).
- Tesouro Gerencial do Ministério da Economia.
- Sistema Integrado de Informações e Orçamentos Públicos Federais (SIOP) do Ministério da Economia.

O que foi encontrado



- As unidades responsáveis pelas aquisições possuem instrumentos de planejamento e rotinas operacionais de interlocução, tanto com atores internos, quanto externos.
- As unidades responsáveis pelas aquisições não possuem manuais com a descrição das atividades e rotinas de trabalho desenvolvidas.
- As estratégias de aquisição, Inexigibilidade, Pregão, Dispensa e PDP encontram-se amparadas por normativos que as regulamentam, mas existem lacunas normativas em relação ao Acordo de Cooperação Técnica com a Fiocruz e ao Termo de Cooperação com a OPAS.
- Dependência da OPAS para as aquisições de vacinas. No período de 2018 a 2020, 40,6% do total de vacinas compradas pelo País foram adquiridas exclusivamente via OPAS, em razão da inexistência de fornecedor no Brasil ou da indisponibilidade do produtor nacional.
- Dependência dos laboratórios privados

nacionais e internacionais para as aquisições de medicamentos para tratamento de HIV/AIDS, Hepatites e IST, denotando insuficiência dos laboratórios públicos para o suprimento da demanda interna. No período de 2018 a 2021, 71,1% do total de medicamentos foram obtidos junto a laboratórios privados nacionais e internacionais.

- O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com a Fiocruz apresentou fragilidades nos controles de monitoramento e avaliação, tendo sido verificadas reprogramações nos quantitativos e nas datas de entrega dos produtos. Esse fato exige que o MS recorra de forma ágil à OPAS para complementar a aquisição, de modo a evitar possível desabastecimento.
- Ausência de ato normativo que regulamente os instrumentos estratégicos previstos na Política Nacional de Inovação Tecnológica na Saúde (PNITS), como as Encomendas Tecnológicas na Área de Saúde (ETECS) e as Medidas de Compensação na área de Saúde (MECS).
- A análise cambial mostrou que a alta volatilidade do dólar associada às regras orçamentárias vigentes levou à necessidade direta de compensação cambial acumulada entre 2019 e 2021 de R\$ 3,19 bilhões para o total das despesas federais pagas em moeda estrangeira. Deste montante, R\$ 890 milhões são relativos às aquisições dos produtos analisados, compreendidas pelas ações orçamentárias 20YE e 4370.
- No que se refere à necessidade indireta de compensação cambial (despesas efetuadas em moeda nacional, mas com alguma exposição cambial), o montante acumulado entre 2019 e 2021 em desfavor da

União é de R\$ 6,79 bilhões, em um cenário conservador no qual apenas 1% das despesas correntes (GND 3) e dos investimentos (GND 4) estariam expostos indiretamente à exposição cambial.

- A [ferramenta de projeção de cenários orçamentários](#) desenvolvida pela equipe da SOF mostrou que, se os níveis de atendimentos de 2022 forem mantidos (vacinas contra Covid-19 inclusas), e considerando apenas a projeção populacional, a inflação e a variação cambial, a soma da dotação nominal das duas ações orçamentárias avaliadas pode sair de R\$ 15,6 bilhões em 2022 para R\$ 21,0 bilhões em 2032

- A ferramenta também mostrou que se houver a expansão dos níveis de atendimento para patamares recomendados (cobertura vacinal e cobertura das terapias antirretrovirais em 90%), a soma da dotação nominal das duas ações orçamentárias avaliadas pode chegar a R\$ 24,2 bilhões em 2032.

Recomendações Aprovadas pelo CMAP



Recomenda-se à Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) do MS:

promover a adequação e o aprimoramento dos controles de monitoramento e avaliação do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) firmado com a Fiocruz, visando cumprimento dos prazos de entrega e programações das aquisições.



Recomenda-se ao Ministério da Saúde, conjuntamente com ME e MCTI:

promover a regulamentação dos

instrumentos estratégicos ETECS e MECS no âmbito do PNITS, conforme previsto nos § 1º dos arts. 13 e 15 do Decreto nº 9.245/2017.



Recomenda-se ao Ministério da Economia:

avaliar o desenvolvimento de regras aplicáveis às despesas com exposição cambial direta ou indireta, visando mitigar o risco cambial a partir de instrumentos de mercado adequados para isso.

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário-Executivo

Marcelo Pacheco dos Guarany's

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Esteves Pedro Colnago Júnior

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento Adjunto

Julio Alexandre Menezes Da Silva

Diretor de Avaliação de Políticas Públicas

Sérgio Calderini

Assessor da Diretoria

Luiz Alberto D'Avila de Araujo

Coordenação-Geral de Estudos e Pesquisas

Nelson Leitão Paes

Igor Geracy

Giovani Machado

Ana Cristina Secchi Correia

Coordenação-Geral de Articulação de Gasto Direto - COART

Wilsimara Maciel Rocha

Roberta da Silva Vieira

Henrique Chaves Faria Carvalho

Ana Paula Piedade Pedrosa

Coordenação-Geral de Avaliação de Gasto Direto – COAG

Artur Henrique da Silva Santos

Carlos Henrique Rosa

Jossifram Almeida Soares

Fernando Lima Madeira

Coordenação-Geral de Avaliação de Benefício Financeiro e Crédito – CFIC

Carlos Renato de Melo Castro

Leonardo Carvalho de Mello

Filipe Tomaz Figueiredo Duarte

Elton Menezes do Vale

Coordenação-Geral de Avaliação de Benefícios Tributários – CGAT

Rodrigo Leandro de Moura

Rafael Luis Giacomini

Ronan Luiz da Silva

Cíntia Beatriz Fonseca



Para mais informações sobre esta avaliação, acesse os relatórios completos e notas técnicas disponíveis no site ou aponte o celular para o qr code:

WEB: bit.ly/DEAP-SETO

(61) 3412-2264

E-mail: seto@economia.gov.br